



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 091/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo e Agroecologia, Câmpus Jaguari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação da Câmara Especializada de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, por meio do Parecer 003/2015/CEPPGI, e do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 004/2015, da 3ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 15 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo e Agroecologia, Câmpus Jaguari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

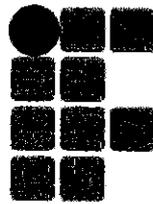
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 15 de julho de 2015.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA

Handwritten mark or signature

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	3
2 HISTÓRICO	4
3 JUSTIFICATIVA	5
4 OBJETIVOS	7
4.1 Objetivo geral.....	Erro! Indicador não definido.
4.2 Objetivos específicos	8
5 PERFIL DO EGRESSO	8
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	9
7 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE EFETIVO	12
8 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: INTERDISCIPLINARIDADE E TRANVERSALIDADE	13
9 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PDI	18
10 COMPONENTES CURRICULARES, EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	21
11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	52
12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	53
13 RECUPERAÇÃO DOS ESTUDOS	53
14 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSO TECNOLÓGICO	54
15 CERTIFICAÇÃO	54

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso: Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia.

Modalidade de Ensino: Presencial.

Comissão Coordenadora do Curso:

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues – IF Farroupilha - Câmpus Jaguari

Prof. Dr. Maurício Guerra Bandinelli – IF Farroupilha - Câmpus Jaguari

Tempo de Duração do Curso: O Curso possui duração de 18 meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses.

Carga Horária: 380 horas.

Número de Vagas: 35.

Público Alvo: Licenciados em Geral; Licenciados em Educação do Campo; Graduados envolvidos em projetos de sustentabilidade em comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, comunidades negras rurais e agricultores familiares.

Formas de Ingresso e Critérios de Seleção: A seleção será realizada através de edital específico obedecendo as seguintes etapas: prova escrita e análise de Currículo.

Requisitos para Inscrição e Matrícula: Poderão se inscrever portadores de diplomas de Licenciatura ou equivalente, ou que atuem na Escola do Campo e/ou em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão ligadas a Agricultura Familiar e Agroecologia, desde que possuam Graduação. Os candidatos que cumprirem todas as etapas previstas no edital de seleção específico serão chamados para a matrícula por ordem de classificação.

Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: Educação do Campo e Agroecologia.

(link: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3892560483638403)

2 HISTÓRICO

A Lei Nº 11.892/2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs, entre eles o IF Farroupilha, com sede em Santa Maria), com a possibilidade da oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*. Os IFs são equiparados às Universidades como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária. Foram criados pelo Ministério da Educação, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e trazem como ideologia uma nova concepção de educação profissional de nível técnico e tecnológico.

Os IFs podem oferecer cursos de formação inicial, cursos técnicos, superiores, superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados. Também podem ofertar especialização, mestrado e doutorado.

A Lei de criação dos IFs é clara quando estabelece a obrigatoriedade de um mínimo de 50% de vagas voltadas para a formação técnica de nível médio, preferencialmente na modalidade integrada, 20% das vagas nos cursos de Licenciatura e cursos de formação de professores e os 30% restantes de vagas podem ser em cursos de Tecnologia, Bacharelado, Pós-Graduação e cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC).

Os IFs nasceram alicerçados na possibilidade da oferta de escolarização pública, gratuita e de qualidade aos jovens e adultos pertencentes às comunidades que por muitos anos ficaram impossibilitados de escolarização. Os eixos tecnológicos ofertados nos Câmpus dos Institutos devem estar alicerçados em necessidades oriundas das comunidades de: quilombolas rurais, quilombolas urbanos, assentamentos urbanos, assentamentos rurais, pescadores, favelados, comunidades ribeirinhas, agricultores e demais movimentos sociais.

O IF Farroupilha visa a interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais, ambientais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

As instalações físicas onde hoje se localiza o IF Farroupilha - Câmpus Jaguari começaram em 1954, quando o Ministério da Agricultura constituiu as instalações do Posto Agropecuário do Chapadão, no 1º Distrito de Jaguari. Posteriormente, funcionaram o Núcleo



de Treinamento Agrícola e a Escola Municipal Agrícola. Após sucessivas investidas dos poderes executivos em consolidar um ambiente de ensino técnico e tecnológico de qualidade para a comunidade do Vale do Jaguari, foi inaugurado no dia 5 de dezembro de 2012 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Jaguari, que marcou um período de expansão do IF Farroupilha no interior do estado do Rio Grande do Sul.

O início das atividades pedagógicas do Câmpus aconteceu em 2013, com a migração das turmas de Técnico em Agricultura, Técnico em Informática Concomitante e Técnico em Vendas PROEJA que começaram as suas atividades no ano de 2010, no Câmpus Avançado do Chapadão, pertencente ao Câmpus São Vicente do Sul. Ainda em 2013, o Câmpus Jaguari ofertou o Curso Técnico em Administração e Técnico em Agroindústria Concomitante através do programa PRONATEC, além de uma série de cursos de Formação Inicial e Continuada via PRONATEC e Programa Mulheres Mil.

3 JUSTIFICATIVA

O Vale do Jaguari está localizado na Região Centro Ocidental Rio-Grandense, e é composta por nove municípios (Fig. 1): Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Possui uma área total de 11.266 km², o que corresponde a 4,5% do território do estado do RS.

Outros municípios que não compõem o Vale do Jaguari, porém, por sua localização geográfica e identificação, tanto no que se refere ao tipo de população, às atividades desenvolvidas e o tipo topográfico, compõem a região de abrangência direta deste Câmpus são: São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Rosário do Sul e Santa Maria.

A região de abrangência geográfica do Câmpus apresenta um número expressivo de assentamentos rurais do INCRA: São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete, Manoel Viana, São Borja, Tupanciretã, Jóia e Júlio de Castilhos.



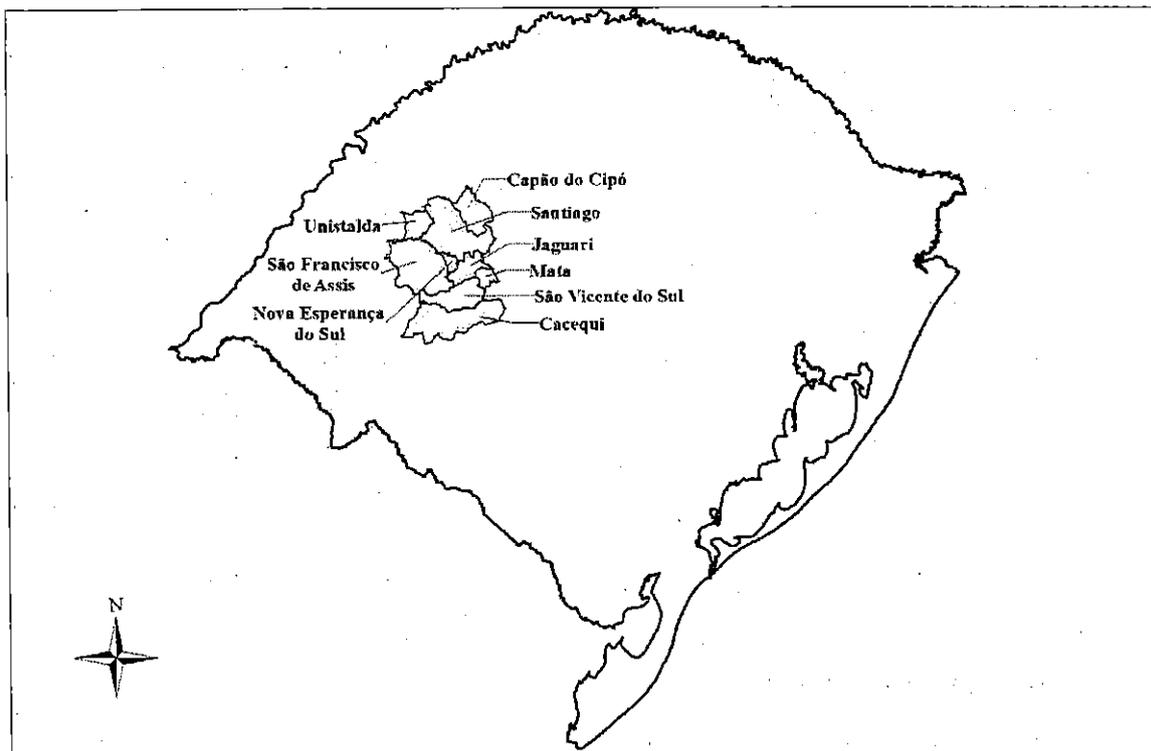


Figura 1. Municípios de compõem a região do Vale do Jaguari.

O IF Farroupilha - Câmpus Jaguari possui vocação agrícola e deverá (cumprindo o estabelecido nas consultas populares no Vale do Jaguari) ofertar prioritariamente formação para as pessoas do campo, com cursos ofertados preferencialmente na modalidade da pedagogia da alternância, voltados à agricultura familiar, Educação do Campo, agroecologia, agroindústria familiar, vitivinicultura e turismo rural, entre outros previstos no Eixo Tecnológico dos Recursos Naturais/Área das Ciências Agrárias.

O IF Farroupilha - Câmpus Jaguari também possui o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica Farroupilha (NEAF) cuja proposta é inserir a ciência agroecológica no ensino profissional e tecnológico agrícola, a partir da constituição de espaços adequados de ensino e aprendizagem e, principalmente, na transformação da realidade local por meio de ações de formação e capacitação técnica em produção orgânica. No ano de 2014, passou a ofertar o Curso Técnico em Agroindústria Integrado e PROEJA, além do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, com duas habilitações: Ciências Agrárias e Ciências da Natureza. Assim, a proposta de trabalho para a implantação de um Câmpus do IF Farroupilha em Jaguari, na localidade conhecida como Chapadão, está em consonância com os objetivos de desenvolvimento endógeno da região do Vale do Jaguari, considerando as atividades desenvolvidas na região em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha, que apresenta como base filosófica para

suas ações a missão de “Promover a educação profissional científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável”.

Deste modo, implantar um Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia no IF Farroupilha - Câmpus Jaguari significa adotar medidas inovadoras com significativo caráter social, possibilitando a elevação do índice de desenvolvimento humano através do estabelecimento de estratégias que promovam o desenvolvimento das populações rurais, visando à mudança paradigmática de olhar a cultura, os valores, as concepções de mundo do homem do campo. Além do mais, a implantação dessa Especialização promoverá a verticalização do Ensino a partir da Licenciatura em Educação do Campo, propiciando reflexões sobre educação na sociedade contemporânea para fora dos limites do espaço urbano, trazendo ao centro das discussões acadêmicas a realidade do campo, historicamente negligenciada.

A verticalização do Ensino, nas áreas de Educação do Campo e Agroecologia concretiza o projeto, a proposta, o compromisso a priori, do IF Farroupilha de oportunizar que os acadêmicos desta instituição possam fazer toda a formação acadêmica e profissional em nossa sede, na área de Educação do Campo e Agroecologia, de forma que possamos concatenar as demandas técnicas, tecnológicas, científicas com as pedagógicas, aliando o saber técnico ao pedagógico, incorporando no Ensino, na Pesquisa e na Extensão novos saberes e novos fazeres capazes de promover o desenvolvimento local e regional, com o foco na sustentabilidade, na responsabilidade socioambiental, na promoção da cidadania plena e do reconhecimento da dignidade humana.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivos gerais

A Especialização em Educação do Campo e Agroecologia tem por objetivo o aperfeiçoamento pedagógico e técnico de profissionais que exercem ou vão exercer atividades de docência na Educação Básica e na Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de agricultura familiar.



4.2 Objetivos específicos

- Formar educandos (as), educadores (as), profissionais comprometidos em diagnosticar e trazer os principais problemas vivenciados pelos agricultores familiares ao contexto do Ensino, da Pesquisa e Extensão;
- Contribuir para a resolução das demandas técnico-científicas-políticas das Escolas do Campo e da agricultura familiar através da construção participativa de alternativas para a produção agroecológica;
- Elevar a compreensão dos processos econômicos das comunidades como assentamentos, quilombolas, pequenos agricultores e suas relações com o mercado e com as características camponesas;
- Valorizar o conhecimento local e promovendo e incentivando práticas de manejo agrícola, baseadas nos princípios da agroecologia.

5 PERFIL DO EGRESSO

Competências de um especialista em Educação do Campo e Agroecologia:

- Ser capaz de se inserir no mundo do trabalho e ter compromisso com o desenvolvimento regional sustentável;
- Possuir formação humanística e cultura geral integrada à formação política, técnica, tecnológica e científica;
- Atuar em na sociedade como difusor (a) de um novo modo de ser e estar no mundo, considerando as bases e princípios fundamentais de uma sociedade ética e sustentável;
- Interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Exercer a cidadania ativa, crítica e criativa, colaborando coma sociedade de forma propositiva e dinâmica na busca de novos conhecimentos;
- Demonstrar compromisso, respeito e tolerância acerca das questões éticas, étnicas, religiosas, culturais e de gênero;
- Ter capacidade de orientar, elaborar e executar projetos pedagógicos, econômicos, sociais, culturais e ambientais locais sustentáveis;



- Reconhecer e promover o papel social da escola no desenvolvimento de novas práticas de convivência com tudo e com todos;
- Compreender criticamente o processo histórico de produção do conhecimento científico e suas relações com o modo de produção da vida social;
- Promover um debate amplo na sociedade sobre o papel da educação do Campo na construção de novas perspectivas de relação entre os indivíduos, culturas e ambientes.
- Interpretação dos fundamentos históricos-filosóficos-científicos que influenciam o pensamento pedagógico, na construção da Educação do Campo e da Agroecologia;
- Atuar com flexibilidade e percepção sobre os processos formadores dos sujeitos do campo numa perspectiva de inclusão em um projeto social global;
- Participação no debate sobre as questões atuais a respeito da Educação e em especial da Educação do Campo;
- Compreensão do seu papel político como educador do campo, com efetiva participação na comunidade do campo para desenvolver novas teorias e práticas agroecológicas.
- Habilidade em direcionar as atividades curriculares e pedagógicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável;
- Domínio dos conhecimentos técnico-científicos na área de Educação do Campo e Agroecologia.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização dos componentes curriculares dar-se-á em três eixos norteadores.

No eixo 1 – **Fundamentos Epistemológicos da Educação do Campo e da Agroecologia** – o propósito é fundamentar e justificar a Educação do Campo e a Agroecologia e seus estatutos epistêmicos. O objetivo maior desse eixo é promover um nivelamento de conhecimento dos estudantes em torno desses dois temas afins e sua intrínseca relação com a sustentabilidade. Para isso, de forma interdisciplinar irão dialogar os saberes e fazeres da Filosofia, Pedagogia, Educação do Campo, Ciências Agrárias e áreas afins.

No eixo 2 – **Desenvolvimento Socioambiental e Sustentabilidade** – o propósito é promover ações e reflexões a partir do domínio conceitual de temas relacionados a Educação do Campo e a Agroecologia em consonância com as áreas técnicas. Considerando a peculiaridade da região e a natureza do IF Farroupilha - Câmpus de Jaguari, a intenção é

promover uma investigação interdisciplinar entre as áreas da Biologia, Zootecnia, Agronomia, Antropologia e afins, visando a problematização e a proposição de uma nova forma de desenvolvimento que transcenda o mero desenvolvimento econômico, técnico e científico e promova o desenvolvimento socioambiental de forma teórica e prática com o foco na responsabilidade humana com as novas gerações e a concretização da sustentabilidade.

No eixo 3 – **Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade** – o propósito é relacionar os saberes ligados à Educação do Campo, Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, para promover pesquisas e ações voltadas a uma nova forma de relação entre as pessoas, as culturas, o meio ambiente, e os saberes de modo geral. O objetivo central dessa unidade é promover reflexões e intervenções que oportunizem a chegada do conhecimento técnico, tecnológico, científico, enfim, principalmente aos atores e às realidades mais necessitadas e que foram historicamente negligenciadas pelas instituições de ensino superior, pelos órgãos governamentais e gestores públicos.

A interdisciplinaridade será construída através de docência compartilhada, seminários, palestras, pesquisas e atividades promovidas numa parceria entre o Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia e o Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Agroecologia, que já atua apoiando as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão das Licenciaturas em Educação do Campo. O tema da Agroecologia e da Sustentabilidade, da responsabilidade socioeconômico-cultural e socioambiental serão os pontos de convergência para a relação e interação dos diferentes saberes e fazeres. A partir de uma visão integrada e integradora pretende-se a promoção de investigações e reflexões que qualifiquem a realidade educacional do campo e as iniciativas da agricultura familiar de cunho agroecológico.



ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
I Semestre	
EIXO 1: Fundamentos Ético-Políticos e Epistemológicos da Educação do Campo e da Agroecologia	
Fundamentos Epistemológicos da Educação do Campo	30
Fundamentos Epistemológicos da Agroecologia	30
Ética, Bioética e Sustentabilidade	30
Estado e Política na América Latina e no Brasil	30
Total	120 horas
II Semestre	
EIXO 2: Desenvolvimento Socioambiental e Sustentabilidade	
Educação do Campo, Desenvolvimento Socioambiental e Sustentabilidade: Perspectivas Latino-Americanas em Diferentes Contextos Socioculturais	30
Princípios da Agroecologia na Produção Vegetal	30
Ecologia dos Agrossistemas	20
Princípios da Agroecologia na Produção Animal	30
Metodologia Científica	30
Total	140 horas
III Semestre	
EIXO 3: Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade	
Manejo de Resíduos Sólidos e Líquidos no Meio Rural	20
Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade	20
História Agrária Brasileira	15
História da Educação Brasileira e da Educação do Campo	15
Agroecologia e Qualidade Nutricional dos Alimentos	20
Políticas Públicas e Marcos Normativos da Educação do Campo	30
Total	120 horas
IV Semestre	
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso	
Carga horária Total do Curso	380 horas

7 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE EFETIVO

Nome	Formação	Titulação	Instituição de origem
Aline Tatiane Nunes da Rosa	Zootecnia	Doutora	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Bruna Vielmo Camargo Pinto	Biologia	Mestre	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Dejalma Cremonese	Filosofia/ Ciência Política	Doutor	Universidade Federal de Santa Maria
Eliane de Lourdes Felden	Pedagogia/ Educação	Doutora	IF Farroupilha – Câmpus Santo Ângelo
Geza Lisiane Carús Guedes	História	Mestre	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Juan Marcel Frighetto	Tecnologia em Alimentos	Mestre	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Juliana Limana Malavolta	Química	Doutora	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad	Ciências Sociais	Doutora	Universidade Federal de Santa Maria
Laila Souto Ahmad	Pedagogia/ Educação	Mestre*	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Lílian Piecha Moor	Física	Mestre*	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Luciane Carvalho Oleques	Biologia	Doutora	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Maurício Guerra Bandinelli	Agronomia	Doutor	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Narielen Moreira de Moraes	Agronomia	Mestre	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Ricardo Antonio Rodrigues	Filosofia	Pós-Doutor	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari
Rojane Brum Nunes	Ciências Sociais	Mestre*	IF Farroupilha – Câmpus Jaguari

* Doutorado em andamento.

8 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: INTERDISCIPLINARIDADE E TRANVERSALIDADE

Considerando que a região do Vale do Jaguari, compreende municípios nos quais as relações sociais e econômicas fundam-se nos valores da vida e cultura camponesas, é fundamental propiciar ações que permitam reflexões sobre o papel da sociedade civil organizada na conquista de espaços na agenda política e na efetivação de uma educação pública, oriunda dos anseios dos povos do campo.

O Câmpus Jaguari deverá ser o Centro em Educação do Campo do IF Farroupilha, e inevitavelmente referência em Ensino, Pesquisa e Extensão na área de Agroecologia. A região do Vale do Jaguari apresentou em 2009 um PIB total de R\$ 1.377.752, o que correspondia a 0,64% do total do estado. No entanto, a região concentra, no mesmo período, 1,1% da população do estado, o que indica a distribuição desigual do PIB e coloca esta região como a última colocada no ranking estadual, embora não seja a região com menor população. (FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social)

Outros municípios que não compõem o Vale do Jaguari, porém, por sua localização geográfica e identificação, tanto no que se refere ao tipo de população, às atividades desenvolvidas e o tipo topográfico, compõem a região de abrangência direta deste Câmpus como exemplo de São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Rosário do Sul e Santa Maria, possuem característica semelhante, assim sendo o desenvolvimento de uma região deve passar pela educação dos seus habitantes. Entretanto, para concretizarmos esse processo educativo, precisamos estar sintonizados com a realidade existente, tendo como premissa de trabalho, o desenvolvimento regional, focado nas atividades locais, e a Agroecologia em âmbito de Pós-graduação pode e deve fomentar pesquisas que reforcem uma nova forma de relação entre os indivíduos e comunidades, bem como diante do meio ambiente, enfatizando a responsabilidade e o cuidado com tudo e com todos.

De muitas formas a Educação do Campo e a Agroecologia estão ligadas à educação ambiental no sentido formativo, e que pretende ser desenvolvida de forma articulada nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento de projetos que favoreçam o aprofundamento de questões fundamentais como:

- Estudo e aprofundamento das concepções de meio ambiente em sua totalidade;
- Formação de valores e atitudes para a prevenção, identificação e solução de problemas ambientais;

- Conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- A educação e as práticas sociais;
- Estudo e análise de questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- Incentivo a participação responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente;
- Pesquisa e análise das políticas de educação ambiental, na esfera nacional, estadual, regional e local.

Ao longo das práticas educativas cotidianas serão priorizadas atividades de ensino aliadas à pesquisa, que articule atividades teóricas e práticas como projetos de preservação ambiental, ações especiais na semana do meio ambiente, reflexões sobre a temática e definição de políticas que a própria instituição se compromete a assumir, como uma atitude emancipatória capaz de sensibilizar toda a comunidade local e regional.

A educação ambiental é um tema que deve estar presente transversalmente, conforme a Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Notamos tal importância naquilo que dispõe o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Outro aporte legal que orienta e legitima as ações com foco na Educação Ambiental é a Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que em seu artigo 10, inciso II, especifica que a educação ambiental é tema obrigatório e precisa permear todo o currículo escolar. Formar professores, para trabalhar nessa modalidade de ensino, implica fazer abordagem interdisciplinar da temática em questão.

As ações formativas, no IF Farroupilha, Câmpus Jaguari, na área de Educação do Campo e Agroecologia estarão ligadas também aos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, e que estão pautadas, igualmente pela Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Esse dispositivo legal recorda que a Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Do mesmo modo, a pesquisa em Educação do Campo e Agroecologia estão ligadas, de algum modo, ao que propõe a Resolução CNE/CEB 2/2012, que define as Diretrizes



Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em seu Art. 13. Determina que as unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, tendo presente:

IV - os direitos humanos como princípio norteador, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o respeito a esses direitos e à convivência humana.

Da mesma forma, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Em especial, em seu artigo 2º, parágrafo primeiro, afirma que os Direitos Humanos, internacionalmente são reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, e referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

A resolução acima referida, também recorda outros importantes dispositivos legais que asseguram ser imprescindível tratar da Educação em Direitos Humanos, nas instituições de ensino: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as).

Nesse sentido, o IF Farroupilha - Câmpus Jaguarí reconhece que a educação em direitos humanos, é um tema distinto que necessita perpassar de forma transversal pelos componentes curriculares da Especialização em Educação do Campo e Agroecologia.

É fundamental destacar que a Educação em Direitos Humanos, igualmente está presente no Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. O presente documento chama a atenção para grandes eixos que podem orientar ações de ensino, pesquisa e extensão no interior dos estabelecimentos de ensino, entre eles é possível enfatizar:

- Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento;

- Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação;

- Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática;

- Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;

- Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos;

- Universalizar direitos em um contexto de desigualdades:

- Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena;

- Garantia da igualdade na diversidade;

- Prevenção da violência e da criminalidade;

- Combate à violência;

- Educação e Cultura em Direitos Humanos:

- Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras;

- Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos;

- Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público;

- Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Trata-se de indicadores importantes que certamente sustentam, embasam e orientam ações educativas necessárias e essenciais no espaço institucional, em direção a uma efetiva abordagem dos Direitos Humanos, como incumbência de gestores e professores comprometidos com uma proposta que responda às singularidades dos sujeitos que a compõem.

Para tanto, o IF Farroupilha - Câmpus Jaguari acredita que a educação precisa fundamentar-se nos direitos humanos, na ética e nos valores de justiça social, solidariedade e sustentabilidade, com o objetivo do pleno desenvolvimento de seus estudantes, docentes em formação.



O IF Farroupilha, diante das exigências do processo de Educação na contemporaneidade, acredita que a prática pedagógica necessita ser reinventada, definindo estratégias capazes de constituir sujeitos inventivos, participantes, cooperativos, preparados para inúmeras inserções sociais, laborais, políticas interferindo e problematizando as formas de produção e de vida.

Outra relação que pode e deve ser feita, com a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, apresentam que as Instituições que atuam nos diferentes níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores, devem contemplar em sua organização curricular, disciplinas e atividades curriculares com foco na Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Em seu Art. 2º este aporte legal, enfatiza que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

A pós-graduação em Educação do Campo e Agroecologia pretendem unir os saberes atinentes de seu ramo específico com os temas transversais previstos em lei, visando à contribuição acadêmica, técnica e científica para o desenvolvimento local baseado na sustentabilidade ambiental, social, econômica e política.

Tal disposição encontra-se respaldada na Lei 11.892, de 29/12/2008, que assegura que os conhecimentos produzidos pelas pesquisas devem ser e estar colocados a favor dos processos locais. É nessa via que a extensão pode possibilitar a segmentos e setores – que tradicionalmente estão excluídos das atividades desenvolvidas nessas instituições – o acesso

ao conhecimento científico e tecnológico a fim de criar condições favoráveis à inserção e permanência no trabalho, de geração de trabalho e renda e exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que aprende o conhecimento construído pela sociedade enriquecendo os currículos de ensino e áreas de pesquisa, ao considerar e tematizar os diferentes saberes e fazeres.

9 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PDI

O IF Farroupilha – Câmpus Jaguari é uma referência em Educação do Campo e a Agroecologia é uma das áreas o Câmpus Jaguari escolheu para servir de parâmetro para a Pesquisa, Ensino e Extensão. Isso por ser a região do Vale do Jaguari marcadamente de vocação para a agricultura familiar. Partindo da visão de desenvolvimento endógeno, convém relacionar os propósitos da Pós-Graduação com o sentido maior da legislação que fundamenta a existências dos IFs.

A pós-graduação lato sensu do IF Farroupilha tem por objetivo proporcionar ao estudante o desenvolvimento do conhecimento científico, a atualização e a inovação, visando a conferir ao mesmo um nível de elevado padrão técnico, acadêmico e profissional. A pós-graduação stricto sensu, por sua vez, tem como objetivo qualificar, especializar e aperfeiçoar profissionais, no âmbito acadêmico e profissional, nas áreas de tecnologias, das ciências exatas e naturais, educação e áreas de interesse para o desenvolvimento regional. (PDI, 2014-2018, IF FARROUPILHA, 2014, p. 111)

A partir do desenvolvimento da pesquisa e da parceria com outras Instituições de Ensino, de Pesquisa e de Extensão como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, podemos atender a demanda sugerida pelo próprio PDI, em vigor onde se lê:

Para tanto, proporciona a formação de recursos humanos aptos à pesquisa, ao desenvolvimento e à aplicação de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação, para enfrentar questões práticas relacionadas à atuação profissional. Os cursos de Pós-graduação lato sensu do IF Farroupilha poderão ser desenvolvidos em parcerias e convênios institucionais visando à construção de redes de formação (p. 111).

A rede pretendida e já confirmada pelo termo de compromisso/cooperação entre o Ministério da Educação e Embrapa, bem como confirmada pela reunião do dia 17/10/2014, realizada em Bagé, RS, entre as instituições de Ensino – UERGS e IF Farroupilha, em conjunto com diversos movimentos sociais e suas representações, para que a Especialização em Agroecologia seja uma das estratégias para a configuração e solidificação de redes de formação para atender tanto as demandas de Ensino, Pesquisa e Extensão como formar

lideranças para assumir os desafios da proposta de um desenvolvimento calcado na cultura, nas pessoas e na promoção da agricultura de forma ecológica e sustentável. Essa é a proposta assumida pelo IF Farroupilha, no próprio PDI em vigor, onde na página 130, ressalta que:

O IF Farroupilha - Câmpus Jaguari é referência em Educação do Campo da Instituição e prevê ações de ensino, pesquisa e extensão, elencadas com o intuito de fortalecer a práxis através de projetos voltados para a sustentabilidade de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, comunidades negras rurais e agricultores familiares, de acordo com a Lei Nº 11.892/2008.

A Agroecologia em sintonia com a Educação do Campo pretende difundir formadores para contribuir na realização de novas pesquisas, novas abordagens, novos enfoques e novas formas de fundamentar e justificar o agir humano que promova a vida e a dignidade humana, respeitando as diferentes culturas, os diferentes saberes primando pela promoção do bem comum e da construção de uma sociedade justa e fraterna, e um cuidado maior com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Para Camargo (2007), a produção e a ocupação dos territórios pelos pequenos produtores, não está imune às transformações socioterritoriais e ambientais, resultantes da produção centrada no lucro apenas, e isso aos poucos foi distanciando as próprias famílias produtores do manejo convencional, isso dificulta em um duplo sentido a produção agroecológica, tanto pela cultura das pessoas que está impregnada pelo capitalismo, bem como o ecossistema está seriamente comprometido pelas décadas de uso dos recursos naturais sem a preocupação com a sustentabilidade, com isso a noção de agrossistema fica seriamente inviabilizada.

Não podemos esquecer que a terra está contaminada e depende de insumos químicos. Ao redor continuam as práticas da monocultura e do uso intensivo de venenos. O pequeno agricultor não é uma ilha. As práticas dos vizinhos afetam as suas. E muitos conhecimentos básicos de uma agricultura diversificada, ecológica e sem venenos foram esquecidos. E entre um prejuízo insuportável para o pequeno agricultor e o uso de alguma técnica ou insumo da “revolução verde”, ele não tem alternativas a não ser continuar usando. (GUTERRES, 2006, p. 18: apud CAMARGO, 2007)

Os desafios da Agroecologia passam tanto pela demanda cultural como também pela construção lenta e difícil de novas perspectivas de manejo e relação com o meio ambiente. Isso porque uma nova prática a atitude diante do meio e dos sujeitos envolvidos passa por uma nova concepção, uma visão baseada na não exploração e na interação solidária entre tais sujeitos.

Agroecologia é uma forma de entender a atuar para campenisar a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero

(não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades). (GUTERRES, 2006, p. 90: apud CAMARGO, 2007)

Segundo Carmargo (2007), citando Almeida (2002), quando a agroecologia é subordinada ao “campo político-ideológico”, reduzida a um “ideário político partidário ou com grupos políticos específicos”, desmobiliza a possibilidade da constituição “movimento agroecológico”, necessário para a transição de um modelo de produção não sustentável para um modelo sustentável.

Como área multi, trans e interdisciplinar a Agroecologia não pode estar subordinada a uma ideologia ou único saber, mas promover uma visão crítica, abrangente e criativa desenvolvendo perspectivas de uma nova forma de ser e se relacionar com tudo e com todos.

Referências

_____. **Fundamentos da Transição Agroecológica: racionalidade ecológica e Campesinato.** ECOLÓGICA E CAMPESINATO. AGRÁRIA, São Paulo, n. 7, p. 156-181, 2007.

_____. **PPC Curso Técnico em Agroindústria – Integrado e PROEJA.** 2013-2014.

_____. **PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.** 2013-2014.

CAMARGO, P. **Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR.** Departamento de Geografia: Universidade Estadual de São Paulo. 2010.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CÂMPUS JAGUARI. **Apostila Licenciatura em Educação do Campo,** 2014.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha (2014-2018).**

10 COMPONENTES CURRICULARES, EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Fundamentos epistemológicos da Educação do Campo – 30 h/a

Profa. Dra. Eliane de Lourdes Felden

Ementa

Educação do Campo: interfaces teóricas. A educação do campo como processo de luta por uma sociedade justa. A educação do campo na perspectiva da educação popular. Educação do campo no enfoque materialista histórico-dialético. Políticas públicas e os movimentos Sociais por uma educação do campo. A educação do campo e a organização do trabalho pedagógico. Educação do campo: marcos normativos. Formação de educadores do campo. Educação Básica do Campo.

Bibliografia básica

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GHEDIN, E. (Org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012. 448 p.

Bibliografia complementar

ANTUNES-ROCHA, M. I. **Educação do campo: desafios para a formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 207 p. (Caminhos da educação no campo; 1).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012.

FAGUNDES, M. C. V. et al. **Projeto Político Pedagógico nas Escolas do Campo**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013, 298 p.

FREIRE, P. **A educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GHEDINI, C. M.; FAGUNDES, M. C. V.; HOELLER, S. C. **Um Processo Inovador na Educação do Campo: alguns olhares**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013, 176 p.

Fundamentos epistemológicos da Agroecologia – 30 h/a

Profa. Me. Narielen Moreira de Moraes

Prof. Dr. Mauricio Guerra Bandinelli

Ementa

Conceitos em agricultura e agroecologia. Marco conceitual da agroecologia. Construção do conhecimento agroecológico e desafios para a resistência técnico-científica. Conceitos básicos de ecologia e agroecossistemas. Pluralismo epistemológico na agroecologia. Transição agroecológica. Soberania alimentar e nutricional. Interpretação agroecológica de desenvolvimento territorial.

Objetivos

- Proporcionar ambiente para a apresentação, articulação e interpretação das bases teóricas que balizam os processos agroecológicos dentro dos sistemas de agricultura de base ecológica;

- Superar a ideia de um conhecimento que apresenta domínio sobre a natureza, introduzindo em seu lugar os ideais de cooperação entre cientistas, cidadãos e a natureza na consolidação da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Conteúdo programático

I – Agricultura e Agroecologia

1. Características de diferentes abordagens de agricultura
2. Marco conceitual da agroecologia

II – Bases epistemológicas da agroecologia

1. Conceitos básicos de ecologia
2. Agroecossistema
3. Caminhos da agroecologia no Brasil
4. Construção do conhecimento agroecológico

III – Agroecologia e aproximações de saberes como essência do desenvolvimento sustentável

1. Conceito de transição agroecológica
2. Redesenho de agroecossistemas de base ecológica

IV – Soberania alimentar

1. Biodiversidade
2. Sistemas agroalimentares
3. Redes, mercados e economias locais

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativo. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é proporcionar um ambiente para a reflexão acerca dos conceitos e bases teóricas que fundamentam as ações e vivências agroecológicas, corroborando às atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto de diferentes sistemas agrários. Deste modo, serão considerados como instrumentos avaliativos os seguintes critérios: participação e articulação nas atividades, acompanhamento das leituras indicadas, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. No final da disciplina será necessária a redação de texto técnico- científico abarcando os conceitos e fundamentos agroecológicos trabalhados.

Bibliografia básica

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592 p.
- GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013, 245 p.
- MACHADO, L. C. P.; FILHO, L. C. P. M. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, 360 p.

Bibliografia complementar

- BACHELARD, G. **Epistemologia**: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.196 p.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.
- MORIN, E. O problema epistemológico da complexidade. Lisboa: Europa-América. 135 p.
- FLORIANI, N. **Saberes e práticas de territórios agroecológicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2011, 362 p.

Ética, Bioética e Sustentabilidade – 30 h/a

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues

Ementa

Bioética e Cultura. Bioética e Natureza Humana. Bioética e Tecnocultura. Bioética e a história da Dignidade Humana. Direitos Humanos e Sustentabilidade. A dimensão axiológica da Sustentabilidade. Bioética Global e Ambiental. O Pensamento Complexo e construção da Ciência. Sustentabilidade e Responsabilidade Humana. Biodiversidade, Espiritualidade e Sustentabilidade.

Objetivos

- Reinterpretar o modus operandi da pesquisa, ensino e extensão a partir dos saberes e fazeres científicos como estratégia inovadora de construção de uma sociedade mais crítica e criativa;
- Promover amplo debate e reflexão sobre a ciência, Bioética, espiritualidade, Biotecnologia e as inovações no campo da pesquisa e da inovação tecnológica visando à sustentabilidade;
- Fundamentar e justificar a ciência e a tecnologia como construção humana à luz da ética e da Bioética para a construção de uma sociedade mais livre e democrática;
- Fundamentar o conhecimento holístico, humanístico e responsável como estratégia de construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- Analisar à luz da Bioética os temas relacionados à Educação do Campo e Agroecologia visando à sustentabilidade socioambiental e sociocultural.



Conteúdo programático

I – Ética, Dignidade Humana e Tecnocultura

1. Breve histórico da fundamentação Filosófica da dignidade humana
2. Ética, Educação do Campo e Agroecologia
3. Natureza humana, Liberdade e a Condição humana
4. Biotecnologia: Pós-humanismo versus bioconservação.

II – Bioética, Direitos Humanos e Sustentabilidade

1. Pessoa humana e dignidade: definição ontológico metafísica versus definição axiológica
2. Definição política da Pessoa Humana: Direitos Humanos e Interculturalidade.
3. Educação como Direito Fundamental da Pessoa Humana
4. A Educação do Campo como Direito Humano.

III – Bioética, Biodiversidade e Sustentabilidade

1. Biotecnologia e os dilemas éticos
2. Biotecnologia e os desafios políticos
3. Bioética ambiental e novos desafios técnico-científicos
4. Ética, sustentabilidade socioambiental e sociocultural.

Metodologia

As estratégias de ensino serão: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativo. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é promover a reflexão filosóficas nos temas atinentes a Pesquisa, Ensino e Extensão, para subsidiar a construção de uma nova visão e atitude diante do meio ambiente e dos demais

humanos que promovam a sustentabilidade em seu sentido estrito e amplo. Para tal, serão considerados os seguintes critérios: presença nas aulas, envolvimento nas atividades, leitura prévia dos textos, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. No final da disciplina será cobrado um mini artigo versando sobre um dos tópicos trabalhados, relacionando-o com a Educação do Campo e a Agroecologia.

Bibliografia Básica

BARCHIFONTAINE, C. P.; PESSINI, L. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Edições Loyola, 2005.

BOFF, L. **O cuidado Necessário**: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Ed.), 2007.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O Direito dos Povos**. Trad. Luís Carlos Borges. Revisão Técnica Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bibliografia Complementar

BELLINO, F. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Tradução de Nelson Souza Canabarro. Bauru: Edusc, 1997.

FUKUYAMA, F. **Nosso futuro pós-humano**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro; Rocco, 2003.

GOLDIM, J. R. (org). **Bioética e Espiritualidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2002.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Estado e Política na América Latina e no Brasil – 30 h/a

Prof. Dr. Dejalma Cremonese (UFSM)

Ementa

O debate sobre o Estado. Diferentes formas de Estado (Populistas e totalitários). O Debate sobre a Democracia (diferentes tipos). A Democracia na América Latina e no Brasil.



A Cidadania e a Estadania. O Encobrimento do “Outro” na América Latina e a Educação do Campo. O Capital Social e Desenvolvimento humano na Educação do Campo.

Objetivos

- Apresentar o debate sobre as origens do Estado na Modernidade;
- Discutir os fundamentos teóricos do Estado Moderno a partir da teoria Contratualista;
- Analisar as diferentes formas de Estado na América Latina;
- Promover o debate e reflexão sobre a Democracia (teoria das elites versus teoria participacionista);
- Apresentar o conceito de cidadania e estadania na América Latina;
- Discutir os conceitos de Henrique Dussel na teorização da formação dos povos ameríndios;
- Refletir a Educação do Campo como Política Pública no cenário político brasileiro;
- Estudar o conceito de Capital Social e Desenvolvimento no Brasil e sua Relação com a Educação do Campo.

Conteúdo programático

I – As origens e a teorização sobre o Estado Moderno

1. As origens do Estado Moderno
2. A Justificação teórica do Estado (o contratualismo)
3. Diferentes formas de Estado (Liberalismo, Welfare State, neoliberalismo)
4. O Populismo na América Latina

II – O debate sobre a democracia na América Latina

- A definição etimológica da democracia
- A Democracia direta dos gregos e a democracia liberal moderna
- A Teoria das elites e a democracia participativa

III – A Difícil construção da Cidadania e a negação da alteridade

1. O debate sobre a cidadania e Estadania
2. A negação da alteridade em Henrique Dussel
3. O Debate sobre o capital Social e a Educação do Campo
4. O desenvolvimento sempre adiado e a questão do Campo.



Metodologia

As estratégias de ensino serão: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é promover a reflexão filosóficas nos temas atinentes a Pesquisa, Ensino e Extensão, para subsidiar a construção de uma nova visão e atitude diante do meio ambiente e dos demais humanos que promovam a sustentabilidade em seu sentido estrito e amplo. Para tal, serão considerados os seguintes critérios: presença nas aulas, envolvimento nas atividades, leitura prévia dos textos, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. No final da disciplina será cobrado um mini artigo versando sobre um dos tópicos trabalhados, relacionando-o com a Educação do Campo e a Agroecologia.

Bibliografia Básica

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro**. A origem do "mito da modernidade". Editora: Editora Vozes, 1993.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, N. **Dicionário de Ciência Política I**. In Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral

João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

_____. **Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da Política.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CALDART, Roseli Salette. Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CREMONESE, D.; PASE, H. L. **Políticas e Estratégias para o desenvolvimento econômico e social sustentável I.** Porto Alegre: Editora imprensa, 2010. v. 500. 190 p. CREMONESE, D. Teoria do Estado Contemporâneo. Ijuí: Editora da Unijuí, 2009.

LEITE, S. C. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a Democracia:** Os Caminhos da Democracia Participativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. WEFFORT, F. (Org.) Os clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2006.

Ecologia dos Agrossistemas – 20 h/a

Prof. Dra. Luciane Oleques/ Profa. Me. Bruna Camargo

EMENTA

Definições da ecologia; história e objeto da ciência ecológica; história e objetivos da ecologia filosófica e política; ecologia das populações e estudo dos ecossistemas; as características dos principais ecossistemas naturais; fluxos de energia e cadeias alimentares; fatores determinantes da dinâmica das populações; capacidade de suporte; dinâmica dos sistemas predadores-presa; ciclos biogeoquímicos; definição, importância e valor da biodiversidade; estudos de agroecossistemas; análise de riscos ambientais e gestão ambiental na agricultura familiar.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: compreender os fundamentos básicos da ecologia para o manejo e gestão dos agroecossistemas.

Objetivos específicos:

- Relacionar os conceitos e princípios da ecologia com a atividade de produção agropecuária;
- Analisar os principais impactos ambientais causados pelos agroecossistemas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Importância e sistematização da ecologia como área da ciência, Conceitos básicos em ecologia.
2. Composição e estruturação de teias alimentares; Modelagem de ecossistemas Obtenção, transferência e aproveitamento de energia nos ecossistemas, pirâmides de energia e biomassa..
3. Ciclos do Carbono, Enxofre, H₂O, Fósforo e Nitrogênio; Alterações ambientais ar, água e solo. Relações ecológicas, distribuição e adaptação das espécies no ambiente
4. Demografia e dinâmica populacional
5. Desenvolvimento natural e recuperação de ecossistemas.
6. Agroecossistemas convencionais e os ecossistemas, introdução aos agroecossistemas alternativos.
7. Fatores abióticos relacionados a distribuição dos biomas no mundo; Caracterização dos principais biomas: fatores abióticos, fauna, flora e importância econômica. Exploração sustentável dos biomas pelo sistema agropecuário; O código florestal brasileiro.

Metodologia

As estratégias de ensino serão: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é promover a reflexão filosóficas nos temas atinentes a Pesquisa, Ensino e Extensão, para subsidiar a construção de uma nova visão e atitude diante do meio ambiente e dos demais humanos que promovam a sustentabilidade em seu sentido estrito e amplo. Para tal, serão considerados os seguintes critérios: presença nas aulas, envolvimento nas atividades, leitura prévia dos textos, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina.



Referencias Básicas:

- BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**, 3ª ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- RICKLEFS, Robert. E. **A economia da natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010.

Referências Complementares:

- DAJOZ, Roger. **Princípios de ecologia**. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LÉVÊQUE, Christian. **Ecologia: do ecossistema à biosfera**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.
- MILLER Junior, Tyler G. **Ciência ambiental**. 1 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- ODUM, Eugene Pleasants; BARRETT, Gary W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2007.

Educação do Campo, Desenvolvimento Socioambiental e Sustentabilidade: Perspectivas Latino-Americanas em Diferentes Contextos Socioculturais - 30 h/a **Profa. Me. Rojane Brum Nunes**

Ementa

Realizar a caracterização, a problematização e a compreensão das diferentes concepções de ecologia, natureza, cultura, ambiente e paisagem entre as alteridades socioculturais, compreendidas como povos originários do Brasil e da América Latina. A partir da apreensão das suas sociocosmologias, busca-se fornecer subsídios teórico-conceituais para uma análise crítico-reflexiva e comparativa acerca do conceito de desenvolvimento ambiental e sustentabilidade, com vistas a uma educação do campo pautada no diálogo intercultural.

Objetivos

- Caracterizar, problematizar e compreender as diferentes concepções de ecologia, natureza, cultura, ambiente e paisagem;
- Fornecer subsídios teórico-conceituais para uma análise crítico-reflexiva e comparativa sobre desenvolvimento ambiental e sustentabilidade;
- Promover uma Educação do Campo pautada no diálogo intercultural

Conteúdo Programático

1 Concepções de ecologia, natureza, cultura, ambiente e paisagem entre as diferentes alteridades socioculturais

1.1 Sociocosmologias dos povos originários do Brasil e da América Latina.

1.2 O conceito de desenvolvimento ambiental e sustentabilidade

1.3 Educação do campo e Interculturalidade

Metodologia

Os métodos e técnicas de ensino-aprendizagem que subsidiarão o desenvolvimento do trabalho são os seguintes: aula expositiva dialogada, seminários, palestras, trabalho de campo pautado no método etnográfico, exibição de videodocumentários seguidos de debates e produção textual através de resenhas.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).

A avaliação no presente componente curricular será feita com base em: a) assiduidade e participação nos encontros; b) apresentações de textos em seminários; c) pontualidade na entrega de fichas de leitura ; d) desempenho na monografia final referente aos textos trabalhados ao longo do semestre.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

LÉVI-STRAUSS, J. C. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1990. WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Bibliografia Complementar

- CASTRO, E. V. de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- HERÉDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos agricultores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

HISTÓRIA AGRÁRIA BRASILEIRA – 15 h/a

Dra. Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Universidade Federal de Santa Maria

Ementa:

História rural/agrária brasileira; Regimes da propriedade de terra no Brasil: de 1500 aos nossos dias; As transformações históricas nas relações de produção e de trabalho no campo brasileiro; Luta pela terra no Brasil, com ênfase no século 20; a situação atual do campo brasileiro: Penetração do capitalismo na agricultura; proletarização no campo; subordinação das formas de produção não capitalistas ao capital e os processos de industrialização da agricultura; a relação agricultura e indústria e a formação de complexos agroindustriais. Agricultura familiar e o novo rural.

Objetivos:

- Refletir sobre a Educação do Campo à luz da história agrária Brasileira;
- Analisar a história agrária no Brasil e as perspectivas futuras da Educação do Campo.

Conteúdo Programático

I – História Rural/agrária Brasileira

1. Regimes de Propriedade da terra no Brasil
2. Relações de produção e trabalho no Campo brasileiro
3. Luta pela terra no Brasil
4. Situação atual do campo brasileiro

II – História da Luta pela Terra no Brasil: ênfase no século XX

1. Capitalismo e agricultura
2. Proletarização no Campo
3. A indústria e a formação de complexos agroindustriais
4. Agricultura familiar e novo rural.

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativo. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é proporcionar um ambiente para a reflexão acerca dos conceitos e bases teóricas do desenvolvimento no país em uma sequência cronológica que justifique seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente e como emergiu e interagiu junto aos conceitos de sustentabilidade. Deste modo, serão considerados como instrumentos avaliativos os seguintes critérios: participação e articulação nas atividades, acompanhamento das leituras indicadas, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. No final da disciplina será necessária a redação de texto técnico-científico abrangendo os conceitos e fundamentos das teorias de desenvolvimento rural alicerçadas em princípios da sustentabilidade.

Bibliografia Básica

- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, 5ª edição, São Paulo, 1987.
- LUZ, Valdemar P. da. **Curso de Direito Agrário**. POA/RS : Sagra Luzzatto, 2. Ed. 1996. p.81-97.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo : Hucitec, 1986, p. 07-35 e 59-93.
- _____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo : Hucitec, 1997.

Bibliografia Complementar

- POLETTI, Dorivaldo W.(org.) **Anais do Seminário Internacional: 50 anos do Manifesto da CEPAL – POA/RS** : Ed. PUCRGS, 2000, p.23-46 ; 121-128 e 145-152.
- SILVA, José Graziano da. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In. **Estudos Avançados** 15(43),2001. p.37-50.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei e 1850**. Campinas/SP ; EdUNICAMP, 1996, p.117-187.
- SOTO, William Héctor Gomes. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In. BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento Sustentável: possibilidade ou necessidade?** – 4. Ed. - Santa Cruz do Sul/RS : Ed.UNISC, p.99-119.
- VARGAS, Paulo Rogério. O Insustentável Discurso da Sustentabilidade. In. BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento Sustentável: possibilidade ou necessidade?** – 4. Ed. - Santa Cruz do Sul/RS : Ed.UNISC, p.211-241.
- WELCH, Clifford Andrew. Movimentos Sociais no Campo até o Golpe Militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. In. **Lutas e Resistências**, Londrina, v. 1, set. 2006, p. 60-75.

Princípios da Agroecologia na Produção Vegetal – 30 h/a

Profa. Me. Narielen Moreira de Moraes

Prof. Dr. Maurício Guerra Bandinelli

Ementa

Agroecologia: introdução e conceitos. Evolução dos sistemas agrícolas e da utilização dos recursos naturais. Aspectos socioeconômicos e ambientais da agricultura sustentável. Ecologia dos cultivos agrícolas. Fatores bióticos, fatores abióticos e a produção vegetal. Teoria da trofobiose. Manejo ecológico dos solos. Manejo de plantas espontâneas. Manejo ecológico de fitoparasitas. Aspectos práticos do manejo ecológico de culturas agrícolas.

Objetivos

- Proporcionar ao acadêmico conhecimentos básicos sobre os princípios agroecológicos ligados à produção vegetal.
- Identificar os principais fatores ambientais e suas influências sobre os cultivos agrícolas.
- Estudar os princípios dos manejos empregados na produção vegetal agroecológica.

Conteúdo programático

1. Introdução a produção vegetal agroecológica
 - 1.1. Agroecologia: introdução e conceitos

- 1.2. Evolução dos sistemas agrícolas e da utilização dos recursos naturais.
- 1.3 Aspectos socioeconômicos e ambientais da agricultura sustentável.
2. As plantas e os fatores ambientais na ótica da agroecologia.
 - 2.1. Ecologia dos cultivos agrícolas.
 - 2.2. Fatores bióticos, fatores abióticos e a produção vegetal.
 - 2.3. Teoria da trofobiose.
3. Princípios do manejo agroecológico na produção vegetal.
 - 3.1. Manejo ecológico dos solos.
 - 3.2. Manejo de plantas espontâneas.
 - 3.3. Manejo ecológico de fitoparasitas.
 - 3.4. Aspectos práticos do manejo ecológico de culturas agrícolas.

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é desenvolver trabalhos que subsidiem o aluno a elaborar seu trabalho em relação ao desenho teórico-metodológico da pesquisa que pretende desenvolver. As elaborações escritas serão realizadas individualmente. Trabalho final: resumo do artigo científico que integrará o Trabalho de Conclusão de Curso.



Bibliografia Básica

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.

PAULUS, G.; MULLER, A. M.; BARCELOS, L. A. R. **Agroecologia aplicada**: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica. Porto Alegre: EMATER, 2001.

Bibliografia complementar

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. 110 p.

AMARAL, A. A. **Fundamentos de Agroecologia**. 1. ed. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2011. v. 1. 160 p.

ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. [tradução Pégasus Sistemas e Soluções]. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PRIMAVERESI, A. **Manejo Ecológico do Solo**: A Agricultura em Regiões Tropicais. Nobel, São Paulo. 1981. 549 p.

Princípios da Agroecologia na Produção Animal – 30 h/a

Profa. Dra. Aline Tatiane Nunes da Rosa

Ementa

Bem estar dos animais domésticos. Manejo ecológico de pastagens. Produção de ruminantes a pasto. Produção ecológica de aves de corte e postura. Manejo ecológico de suínos. Uso de medicamentos alternativos para saúde animal.

Objetivo

- Propiciar aos acadêmicos o conhecimento de métodos e modelos de produção animal de base ecológica, que propiciem o desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis e voltados para o bem estar dos animais domésticos.

- Orientar os acadêmicos na busca por uma produção animal ecologicamente correta, e incentivar assim que este busque compreender, planejar, executar e sistematizar sistemas ecológicos de produção animal.

Conteúdo programático

1. Bem estar de animais domésticos
 - 1.1 Bovinos de corte
 - 1.2 Bovinos de leite
 - 1.3 Suínos
 - 1.4 Aves de produção
 - 1.5 Peixes de produção
2. Manejo ecológico de pastagens
 - 2.1 Uso do Campo Nativo do Sul do Brasil
 - 2.2 Pastoreio Rotacional Voisin
3. Produção de ruminantes a pasto
 - 3.1 Produção de carne
 - 3.2 Produção de Leite
4. Avicultura Colonial
5. Suinocultura ecológica
6. Manejo sanitário alternativo: homeopatia e fitoterápicos

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual. Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativo. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).

Bibliografia Básica

- BROOM, D. M.; FRASE, A. F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. 4. ed. São Paulo: Editora Manole, 2010.
- PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico de Pastagens**. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A. 184 p., 1984.



RONY, A. F. **Maior Produção com Melhor Ambiente para Aves, Suínos e Bovinos**. 1. ed. Editora Aprenda Fácil, 2011.

Bibliografia Complementar

GRANDIN, T.; JOHSON, C. **Na língua dos bichos: usando os mistérios do autismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Rocco, 2006.

SILVA, J. C. P. M. et al. **Manejo de vacas leiteiras a pasto**. 1. ed. Editora Aprenda Fácil, 2011.

MAURY, E. A.; RUDDER, C. **Guia das plantas Medicinais**. São Paulo: Ridel, 2002. p. 75-76.

Metodologia Científica – 30 h/a

Profa. Dra. Eliane de Lourdes Felden

Ementa

A Função social da pesquisa. A transição paradigmática nas Ciências: implicações para a pesquisa no campo da educação. Tipologias de pesquisa: aspectos éticos, conceituais e decorrências metodológicas. O método científico e a prática da pesquisa. Fundamentação teórica e respectivos procedimentos operacionais em: pesquisa-ação, estudo de caso, pesquisa documental, grupo focal, e outras metodologias relacionadas aos respectivos projetos dos acadêmicos. Elementos estruturais na construção da pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos: diferenças e complementaridades. Divulgação e apresentação da pesquisa.

Objetivos

- Estimular o desenvolvimento do espírito científico, instrumentalizando o acadêmico para que seja capaz de compreender, planejar, executar e sistematizar um trabalho científico.

- Incentivar e orientar o trabalho de pesquisa e investigação científica, despertando no acadêmico atitudes em prol do desenvolvimento da ciência ao analisar a função social da pesquisa e a compreensão dos aspectos básicos da metodologia de pesquisa.

Conteúdo Programático

1 A evolução da pesquisa no Ensino Superior

1.1 A tríplice missão do Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão

1.2 A função social da pesquisa

1.3 A transição paradigmática nas Ciências: implicações para a pesquisa no campo da educação

2 Tipologias de pesquisa: aspectos éticos, conceituais e decorrências metodológicas

2.1. Métodos quantitativos e qualitativos: diferenças e complementaridades

2.2 Tipos de pesquisa

2.3 Elementos estruturais na construção da pesquisa

2.4 O trabalho de campo como descoberta e criação

3 Apresentação da Pesquisa

3.1 Estrutura do trabalho científico

3.2 Apresentação do trabalho científico

3.3 Elementos complementares

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é desenvolver trabalhos que subsidiem o aluno a elaborar seu trabalho em relação ao desenho teórico-metodológico da pesquisa que pretende desenvolver. As elaborações escritas serão realizadas individualmente. Trabalho final: resumo do artigo científico que integrará o Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 143-156.

GARCIA Fº, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica. INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA), 1999.

Bibliografia complementar

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 516 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia de pesquisa: monografia, dissertação, tese.** 1. ed. 6 reimpr. – São Paulo: Atlas 2012. 160 p.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xvi, 184 p.

Manejo de Resíduos Sólidos e Líquidos no Meio Rural – 20 h/a

Profa. Dra. Juliana Limana Malavolta

Profa. Me. Lilian Piecha Moor

Ementa

Tratamento de Resíduos Sólidos e Líquidos. Poluentes Orgânicos. Poluentes Inorgânicos. Processos de remediação de ambientes contaminados. Reaproveitamento de Resíduos na Agricultura. Legislação ambiental.

Objetivos

- Informar, refletir, questionar a respeito das diversas formas de interação do homem com o meio ambiente e o gerenciamento de resíduos oriundos do Meio Rural, buscando desenvolver no discente uma consciência crítica sobre seu papel, como agente gestor e transformador para uma sociedade sustentável incentivando, desta forma, uma postura mais pró-ativa.

- Capacitar ao aluno conhecimento aplicado a respeito do gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos e capacitá-lo a entender as principais formas de tratamentos destes resíduos.

- Integrar conhecimentos de outras disciplinas do curso de modo que o aluno tenha capacidade de propor alternativas de gerenciamento e tratamentos de resíduos de forma a minimizar os impactos da geração de resíduos agrícolas ao meio ambiente.

- Capacitar o aluno quanto às normas e legislação de tratamento de resíduos existente no Brasil.



Conteúdo programático

1. Tratamento de resíduos sólidos e líquidos: caracterização qualitativa e quantitativa de resíduos sólidos e líquidos. Tratamento de resíduos de agroindústrias. Tratamento de resíduos agropecuários.

2. Poluentes Orgânicos: Principais Fontes, Contaminação do Ar, Contaminação do Solo e Contaminação da Água.

3. Poluentes Inorgânicos: Principais Fontes, Contaminação do Ar, Contaminação do Solo e Contaminação da Água.

4. Processos de Remediação de ambientes contaminados: Principais Tecnologias de Remediação, Biorremediação.

5. Reaproveitamento de Resíduos na Agricultura: Formas de aproveitamento agrícola de resíduos sólidos, Impactos ambientais do aproveitamento agrícola de resíduos sólidos, Reuso de água residuárias.

6. Legislação ambiental: Estrutura Legal Brasileira, Constituição Federal, Política Nacional de MA, Política Nacional de Educação Ambiental, Lei dos Crimes Ambientais.

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é desenvolver trabalhos que levem o aluno ao desenvolvimento de uma consciência sobre a importância do manejo de resíduos gerados no Meio Rural. Para tal, serão considerados critérios de avaliação: presença nas aulas, envolvimento nas atividades e debates realizados em aula, apresentação e participação em seminários relacionados aos tópicos desenvolvidos em aula. No final da disciplina será desenvolvido trabalho final de redação de

um artigo versando sobre um dos tópicos trabalhados, relacionando-o com a Educação do Campo, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia básica

PICHAT, P. **A gestão dos resíduos**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998.

BAIRD, C.; CANN, M. **Química Ambiental**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. GLEBER, L.; PASCALE, J. C. **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 310 p.

Bibliografia complementar

MANAHAN, S. E. **Química ambiental**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SPADOTTO, C.; RIBEIRO, W. **Gestão de Resíduos na Agricultura e Agroindústria**. Botucatu: FEPAF, 2006.

CAETANO, P.; MANCUSO, S. **Reuso de água**. Tamboré: Manole, 2002. 550 p.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. **Conceitos básicos de resíduos sólidos**. São Paulo: EESC USP, 2005. 109 p.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Rio de Janeiro NBR 10157: NBR 10004: **Resíduos sólidos: classificação**. 63 p., 1987.

Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade – 20 h/a

Profa. Me. Narielen Moreira de Moraes

Ementa

Conceito de desenvolvimento. Contextualização histórica das teorias do desenvolvimento. O desenvolvimento rural no Brasil, suas concepções históricas e perspectivas futuras no âmbito agrícola. A emergência das teorias acerca da sustentabilidade dos processos de produção. Sustentabilidade e agricultura. Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural. Metodologias participativas para o desenvolvimento territorial.

Objetivos

- Proporcionar ambiente para a apresentação, articulação e interpretação das bases teóricas do desenvolvimento em diferentes contextos históricos, bem como a sua influência nos processos sociais, econômicos e ambientais;

- Superar a ideia de um conhecimento que apresenta domínio sobre a natureza, introduzindo em seu lugar os ideais de cooperação entre cientistas, cidadãos e a natureza na consolidação da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Conteúdo programático

I – Teorias do desenvolvimento

1. A noção de desenvolvimento
2. O desenvolvimento rural no Brasil

II – O desenvolvimento no Brasil

1. O desenvolvimentismo
2. Concepções iniciais sobre desenvolvimento rural
3. Novas concepções sobre o desenvolvimento rural

III – Agricultura e desenvolvimento sustentável

1. A crise ambiental, agricultura e desenvolvimento III.2 Considerações socioculturais sobre o mundo rural III.3 Sustentabilidade e agricultura familiar

IV – Metodologias participativas e sistematização de experiências

1. Desenvolvimento territorial por meio de redes, mercados e economias locais

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é proporcionar um ambiente para a reflexão acerca dos conceitos e bases teóricas do

desenvolvimento no país em uma sequência cronológica que justifique seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente e como emergiu e interagiu junto aos conceitos de sustentabilidade. Deste modo, serão considerados como instrumentos avaliativos os seguintes critérios: participação e articulação nas atividades, acompanhamento das leituras indicadas, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. No final da disciplina será necessária a redação de texto técnico-científico abarcando os conceitos e fundamentos das teorias de desenvolvimento rural alicerçadas em princípios da sustentabilidade.

Bibliografia básica

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- FROELICH, J.M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, 192 p.
- MORAIS, L.; BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010, 468 p.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

Bibliografia complementar

- CORDEIRO, A.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Crise socioambiental e conservação ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 121 p.
- VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/NEAD, 2001.

História da Educação Brasileira e da Educação do Campo – 15 h/a

Me. Geza Lisiane Carús Guedes

Ementa

Introdução à História Agrária no Brasil. História da educação brasileira na Colônia, no Império e na República. A educação popular, Reformas educacionais. Fundamentos históricos e princípios teórico-metodológicos da Educação do Campo. Trajetória da Educação rural no Brasil. Educação Rural versus Educação do Campo. Movimentos sociais do campo; História e lutas pela Educação do Campo. Políticas Públicas de Educação do Campo.

Objetivos

- Relacionar a história agrária da América Latina com a História da Educação do Campo no Brasil;

- Identificar na História da Educação Brasileira as condições que originaram a Educação do Campo;
- Refletir sobre o papel da Educação do Campo no contexto educacional brasileiro à luz da história agrária da América Latina e do Brasil.

Conteúdo programático

I – História da Educação Brasileira

1. História da Educação brasileira e campesinato
2. O Brasil Colônia e a Educação brasileira
3. O Brasil Império e a Educação brasileira
4. O Brasil República e a Educação brasileira

II – História da Educação Brasileira e da Educação do Campo

1. Trajetória da Educação Rural no Brasil
2. Educação rural versus Educação do Campo
3. Movimentos sociais do Campo e a educação
4. Educação do Campo e Políticas Públicas.

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho são: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é proporcionar um ambiente para a reflexão acerca dos conceitos e bases teóricas do desenvolvimento no país em uma sequência cronológica que justifique seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente e como emergiu e interagiu junto aos conceitos de sustentabilidade. Deste modo, serão considerados como instrumentos avaliativos os

seguintes critérios: participação e articulação nas atividades, acompanhamento das leituras indicadas, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. No final da disciplina será necessária a redação de texto técnico-científico abarcando os conceitos e fundamentos das teorias de desenvolvimento rural alicerçadas em princípios da sustentabilidade.

Bibliografia básica

ARROYO, M.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. São Paulo, 1999.

GHEDIN, E. (Org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

Bibliografia complementar

BOF, A. M. (org.) **A educação no Brasil Rural.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CUNHA, L. A. Universidade Temporã - **O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas,** Civilização Brasiliense, 1980.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

SOARES, G. A. D. **A questão Agrária na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Agroecologia e Qualidade Nutricional dos Alimentos – 20 h/a

Prof. Me. Juan Marcel Frighetto

Ementa

Composição dos alimentos. Classificação dos alimentos e guias alimentares. Valor energético e ingestão diária recomendada (IDR). Substâncias bioativas e probióticos. Agentes tóxicos. Segurança alimentar e nutricional.

Objetivos

- Propiciar a geração de conhecimento acerca da natureza e dos princípios em que repousa o beneficiamento das matérias-primas alimentícias e desenvolver habilidades e atitudes para a seleção, a conservação, a transformação, o acondicionamento e a distribuição de alimentos nutritivos e seguros, prezando pelos interesses socioambientais que norteiam o desenvolvimento regional sustentável;

- Garantir e diversificar a oferta de alimentos nutritivos e saudáveis, obtendo o máximo de aproveitamento das matérias-primas alimentícias e prezando pela minimização do desperdício dos recursos nutritivos e dos impactos ambientais decorrentes das atividades agropecuárias e agroindustriais.

Conteúdo programático

1 Princípios nutricionais

1.1 Composição dos alimentos

1.2 Classificação dos alimentos e guias alimentares

1.3 Valor energético e ingestão diária recomendada

2 Substâncias bioativas e probióticos

2.1 Conceituação e classificação

2.2 Mecanismos de ação e benefícios à saúde

2.3 Pesquisas em ácidos graxos, carotenóides, fibras alimentares, fitoesteróis, flavonóides, organosulfurados, polifenóis e outras substâncias bioativas de interesse em saúde humana e animal.

2.4 Pesquisas em probióticos de interesse em saúde humana e animal.

3 Agentes tóxicos

3.1 Agentes tóxicos naturalmente presentes em alimentos

3.2 Agentes tóxicos contaminantes diretos de alimentos

3.3 Agentes tóxicos contaminantes indiretos de alimentos

3.4 Carcinógenos químicos em alimentos

3.5 Efeitos nocivos dos alimentos transgênicos

4 Segurança alimentar e nutricional

Metodologia

As estratégias de ensino que servirão como base no desenvolvimento do trabalho serão: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, ensino com pesquisa, debates, seminário e produção textual.

Avaliação

A avaliação será realizada mediante a construção e síntese do conhecimento desenvolvido e à habilidade na resolução de problemas, bem como, de acordo com o interesse e a participação dos estudantes durante as atividades realizadas. Para tanto, serão propostos estudos dirigidos (questões objetivas e dissertativas auxiliares para o estudo dos conhecimentos abordados em aula), avaliações escritas (questões objetivas e dissertativas sobre os conhecimentos abordados em aula teórica e também em aula prática) e seminários (apresentações orais seguidas de discussões das temáticas selecionadas).

Bibliografia básica

COSTA, N. M. B.; ROSA, C. de O. B. **Alimentos funcionais**: componentes bioativos e efeitos fisiológicos. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J. L. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MIDIO, A. F.; MARTINS, D. I. **Toxicologia de alimentos**. São Paulo: Varela, 2000. 295 p.

Bibliografia complementar

MALUF, R. S. J. Segurança alimentar e nutricional. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
OLIVEIRA, M. N. de. **Tecnologia de produtos lácteos funcionais**. São Paulo: Atheneu, 2009.

ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. **Tecnologia de alimentos**: componentes dos alimentos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 1.

RIBEIRO, E. P.; SERAVALLI, E. A. G. **Química de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Edgar Blücher: Instituto Mauá de Tecnologia, 2007.

SAAD, S. M. I.; CRUZ, A. G. da; FARIA, J. de A. F. **Probióticos e prebióticos em alimentos**: fundamentos e aplicações tecnológicas. São Paulo: Varela, 2011.



Políticas Públicas e Marcos Normativos da Educação do Campo – 30 h/a

Profa. Me. Laila Souto Ahmad

Ementa

Conceito de política pública, política de Estado e de Governo; Educação do Campo nas Políticas

Públicas e na Legislação Brasileira. Marcos Normativos da Educação do Campo.

Objetivos

- Discutir sobre os fundamentos legais da Educação do Campo;
- Conceituar a definição de Política Pública para a Educação do Campo;
- Conhecer as políticas públicas educacionais para Educação do Campo;
- Identificar o lugar da Educação do Campo nas Políticas Públicas e na Legislação Brasileira;

Conteúdo programático

I – Educação do Campo e Políticas Públicas

1. Definição do que é Política Pública
2. Políticas de Estado e Políticas de Governo
3. A Educação do Campo como questão política
4. Políticas públicas para a Educação do Campo

II – Marcos Normativos da Educação do Campo

- Educação do Campo na Constituição Federal
- Educação do Campo e LDB
- Educação do Campo: pareceres e resoluções
- Fundamentos Legais da Educação do Campo.

Metodologia

A abordagem metodológica que irá embasar o desenvolvimento das aulas se constitui nos três momentos pedagógicos de Paulo Freire (1987), os quais giram em torno da problematização inicial acerca dos conhecimentos prévios que os estudantes possuem sobre um determinado conteúdo programático, logo, explica-se e organiza-se o conhecimento a

partir da explicação e mediação do professor e, por fim, estes conhecimentos são sistematizados através de atividades direcionadas.

As estratégias de ensino serão: aulas expositivas dialogadas; aulas orientadas; filmes e documentários; estudos orientados; produção textual.

Avaliação

A avaliação a ser desenvolvida está articulada a proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução 4 de 2010, em seu art. 4º normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução 13 de 2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). Nesse componente a proposta é promover a reflexão filosóficas nos temas atinentes a Pesquisa, Ensino e Extensão, para subsidiar a construção de uma nova visão e atitude diante do meio ambiente e dos demais humanos que promovam a sustentabilidade em seu sentido estrito e amplo. Para tal, serão considerados os seguintes critérios: presença nas aulas, envolvimento nas atividades, leitura prévia dos textos, organização das ideias e conceitos, sistematização coerente dos temas e autores trabalhados na disciplina. A avaliação será realizada através de seminários e produção textual.

Bibliografia básica

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo** – por uma educação básica do campo. Brasília: MST - Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2011.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Caderno de Subsídios, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PINHEIRO, M. do S. D. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: Acesso em: 30 maio 2011.

SANTANA, D. **A LDB e a educação do campo**. 2006. Disponível em: Acesso em: 16 maio 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Complementares da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação a ser desenvolvida está articulada à proposta do IF Farroupilha de ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, o processo de ensino-aprendizagem e considerando as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com a Resolução nº. 4/2010 do CONSUP, em seu artigo 4 normatiza que a avaliação seja realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo. Ainda, de acordo com a Resolução nº. 13/2014 do CONSUP, em seu artigo 73, para aprovação o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência às aulas de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do componente curricular.

Cada professor terá autonomia para, ao considerar esses pressupostos e orientações, formalizar sua avaliação podendo ser um ou mais instrumentos avaliativos, como artigos, *papers*, resumos, apresentação de trabalhos em eventos, etc. O propósito central da avaliação é refletir sobre o processo das aulas e atividades acadêmicas dos diferentes Componentes Curriculares e permitir que docente e discente possam reavaliar e rever constantemente suas escolhas e estratégias de ensinagem e de aprendizagem. É imprescindível que o discente orientado pelo docente seja habilitado gradativamente em âmbito de pesquisa de pós-graduação a produzir saberes e fazeres capazes de promover uma nova forma de ser e de estar no mundo, visando à sustentabilidade.



O discente será avaliado em todas as disciplinas com notas de 0 (zero) a 10,0 (dez), e para defender o Trabalho de Conclusão de Curso deverá ter sido aprovado com nota 7,0 (sete) em todos os componentes curriculares.

12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser um artigo científico, um projeto de intervenção na realidade com sua devida fundamentação e justificção, ou uma proposta pedagógica inovadora relacionando a Educação do Campo e a Agroecologia. Em todos os casos, seja artigo científico, projeto de intervenção ou proposta pedagógica ou algo similar, é necessária a devida comprovação e documentação da proposta e o consentimento (aceite) do Orientador que será designado pelo Colegiado de Curso. A modalidade de entrega do trabalho final será definida em comum acordo entre o orientado e a orientador.

Os trabalhos finais serão defendidos perante uma banca de três professores, sendo o orientador o presidente e mais dois professores do Curso, podendo ser um dos membros da banca um professor ou pesquisador externo, conforme deliberação e anuência do Colegiado de Curso e do professor orientador. O critério central para a escolha dos membros da banca de defesa deve ser a área de formação.

A prorrogação do Curso por mais seis meses dar-se-á estritamente para eventual necessidade de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. Após a defesa o discente terá 30 (trinta) dias para entregar a versão final do texto, com as eventuais correções exigidas ou sugeridas pela Banca, para somente assim requerer o Certificado de Conclusão do Curso de Especialização.

13 RECUPERAÇÃO DOS ESTUDOS

O discente que for reprovado em mais de um Componente Curricular, ao não atingir a nota 7,0 (sete), será desligado automaticamente do Curso. O discente que reprovar em uma disciplina ou componente curricular terá uma única chance de recuperar seus estudos durante o Curso. A formalização de tal pedido deve ser encaminhada diretamente para o professor da disciplina, que dará um prazo de quinze dias para a realização de uma nova atividade (artigo, trabalho escrito, apresentação, etc.) que precisará, necessariamente, alcançar no mínimo a nota 7,0 (sete) para obter a aprovação. Se a reprovação for por infreqüência, o aluno será automaticamente desligado do curso. O aluno poderá reingressar no Curso e solicitar

aproveitamento das disciplinas já cursadas, na secretaria do Curso, mediante nova seleção conforme edital específico.

14 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSO TECNOLÓGICO

O IF Farroupilha - Câmpus Jaguari possui excelente infraestrutura física para a realização do Curso, como sala de aula equipada com computador, projetor multimídia, quadro branco, lousa digital, laboratório de informática, biblioteca e sala de videoconferência.

15 CERTIFICAÇÃO

Será concedido certificado pela PRPPGI (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e inovação) aos discentes que obtiverem aprovação nas 15 (quinze) disciplinas obrigatórias, totalizando 380 horas/aula, realizarem o Trabalho de Conclusão de Curso e obtiverem aprovação perante a banca examinadora, dentro do prazo estabelecido pela Coordenação do Curso. O aluno receberá o certificado de **Especialista em Educação do Campo e Agroecologia**.

